

ATA N.º 4/2024

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

19/08/2024

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

-----Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “Àtrium Mira”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pela Sr.ª Clara Clemente. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

---- **PONTO UM: Aprovação de minuta de acordo de pagamento de dívida e repartição anual de encargos, com o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro explorado pela ERSUC, SA, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, que aprovou a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidade Públicas** -----

---- **PONTO DOIS: Aprovação da transação judicial a efetuar no âmbito do processo judicial n.º 343/24.8BECBR**-----

---- **PONTO TRÊS: Aprovação da proposta de Revisão do Plano de Pormenor da Zona A do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira, conforme disposto no artigo 90.º do RJIT.** -----

---- **PONTO QUATRO: Aprovação da prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão prévia para assunção de compromissos relativos ao procedimento de contratação tendente à celebração de um contrato de empreitada para Ampliação da Escola Secundária Dr.ª Maria Cândida, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24º e nas alíneas bb) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho.** -----

---- **PONTO CINCO: Aprovação da prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão prévia para assunção de compromissos relativos ao procedimento de contratação tendente à celebração de um**

contrato de empreitada para Reabilitação e Modernização da Lota da Praia de Mira, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24º e nas alíneas bb) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho. -----

---- PONTO SEIS: Aprovação da prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão prévia para assunção de compromissos relativos ao procedimento de contratação tendente à celebração de um contrato de empreitada para Construção a Custos Controlados de 22 Habitações T3 e T4, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24º e nas alíneas bb) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho -----

---- PONTO SETE: Revisão do Plano Diretor Municipal de Mira – abertura do período de discussão pública -----

---- PONTO OITO: Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de animais de Mira CRO Mira -----

---- PONTO NOVE: Área de Reabilitação Urbana Portomar – delimitação ----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Artur Fresco, e os senhores vereadores: o Sr. Tiago Cruz, Madalena Santos, Bruno Alcaide e Adriana Santos -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, Paulo Jorge Santos Grego, Maria Adélia de Oliveira Maranhão em substituição de José Luís Pimentel Lavrador, João Luís dos Santos Marques de Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Guida Filomena de Jesus Reigota, Mauro Emanuel Miranda Seiça em substituição de Eurico Petronilho Martins, Manuel Ferreira Inocência, Telma Milene Magueta Salvador,

Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, António Manuel Teixeira da Silva, Pedro Nunes em substituição de Sara Patrícia Ferreira Braguez, João Pedro Ventura Lopes de Almeida, Augusto José Domingues Louro Miranda, Maria Clara Simões Clemente, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Fernanda da Conceção Domingues Seabra, dos Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos. -----

-----**FALTAS**-----

-----Verificou-se a falta de: José Luís Pimentel Lavrador, Eurico Petronilho Martins, Sara Patrícia Ferreira Braguez e António José Domingues Gonçalves. -

-----**HORA DE ABERTURA**-----

----- Os trabalhos tiveram início às dezassete horas e quarenta e quatro minutos, após a verificação de quórum. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que cumprimentou todos os deputados da Assembleia Municipal e informou que o Ponto Três tinha sido retirado da ordem do dia. -----

-----Interveio a **Sra. Maria José** (PS) que em representação da bancada do Partido Socialista passou a dizer que os deputados estavam desagradados com aquela Assembleia Extraordinária no sentido que ia haver uma no mês de setembro. Questiona se os assuntos eram tão inadiáveis que tinham de ser discutidos naquela altura (mês de agosto, férias, trabalhos sazonais, ...). -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, explicando que aceitou aquela Assembleia pois um dos pontos lesava a Câmara Municipal se continuasse sem uma decisão. Aproveitou a Câmara para colocar mais uns pontos. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que cumprimentou todos e disse discordar do que a líder de bancado do PS-Partido Socialista tinha dito, mas

obviamente aceitava a sua opinião e desagrado. No entanto, lembrou que quando se aceitava integrar listas assumia-se um compromisso, quem não conseguia estar presente fazia-se substituir. Agradeceu a presença de todos os presentes. Os pontos mais importantes eram o 1, 2, 4 e 5. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que invocou o artigo 53 do regimento e pediu esclarecimento acerca da retirada do ponto 3. Teceu algumas considerações acerca do ponto do PDM. -----

----- Quanto ao ponto 3 o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, diz que sendo retirado não havia explicações a dar. -----

----- **PONTO UM: Aprovação de minuta de acordo de pagamento de dívida e repartição anual de encargos, com o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro explorado pela ERSUC, SA, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, que aprovou a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidade Públicas** -----

----- Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que estava relacionado com pagamentos em atraso à ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. -----

----- Já algum tempo que vinha a aumentar a tarifa de recolha de resíduos sólidos e seu tratamento (depósito em aterro) e que os mesmos não eram refletidos nas faturas dos consumidores e era o Município a suportar as diferenças. Fez comparação do valor que se pagava em 2021 e o presente ano. Era difícil de suportar aqueles custos, a própria CIM RC já tinha manifestado a sua posição quanto aos custos praticados atualmente. A CMM pretendia regularizar as suas contas chegou a um acordo de pagamento com a empresa nos montantes, nos prazos, nos juros e nas mensalidades. -----

----- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que passou a dizer o seguinte: "Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do presidente da mesa. -----

-----Neste ponto, e no seguinte, estamos a falar de um problema que atinge todos os mirenses, a falta de opções políticas deste executivo relativamente ao lixo. -----

-----A estratégia do executivo municipal tem sido “empurrar o problema com a barriga” e agora está a renegociar a dívida à ERSUC quando já existe ação judicial. -----

-----A questão que colocamos é se esta renegociação se vai sentir nas próximas faturas da ABMG. Os mirenses já estão a pagar muito de taxas de lixo e provavelmente irão pagar mais... importa também referir que os efeitos desta renegociação já vão entrar no mandato do próximo executivo municipal...-----

-----Ou seja, mais dívida para o próximo executivo municipal... -----

-----Este executivo, tal como os anteriores, nunca tiveram uma postura honesta e verdadeira relativamente a esta questão... A problemática dos resíduos sólidos urbanos não se resolve com mais caixotes de lixo indiferenciado ou com mais rotatividade na recolha do lixo... O problema do lixo começa nas nossas casas precisamente na quantidade de lixo que cada um de nós produz! -----

-----Quantas ações de sensibilização, para esta problemática, junto das crianças e adultos o município já realizou? -----

-----Como professor, quando estava colocado fora de Mira, num simples ano letivo assistia a três ou quatro ações deste tipo.-----

-----O problema também não se resolve fotografando caixotes de lixo e culpabilizando os munícipes quando as autarquias não estão a fazer o seu trabalho, isso não é pedagógico... -----

-----Questiono também o executivo para a razão de ainda não existirem em Mira, caixotes normalmente castanhos para lixos orgânicos. São comuns por todo o país, principalmente nos nossos municípios vizinhos. Em Cantanhede, basta irmos à Tocha, Corticeiro de Cima ou Vilamar para perceber como já está a ser implementada recolha de resíduos orgânicos. É atribuído um cartão a cada morada e este cartão permite o acesso ao caixote de lixo orgânico. Assim o

município controla a produção de resíduos orgânicos de cada morada. Estas práticas já são comuns em quase todos os países europeus. -----

-----Há poucas semanas estive num acampamento regional de escuteiros em Ílhavo, com mais de dois mil escuteiros, onde assisti pela primeira vez a um acampamento quase sem produção de lixo indiferenciado. O município quase não disponibilizou contentores de lixo indiferenciado e este é o caminho. Existiam ecopontos e recolha de resíduos orgânicos (contentores castanhos). -----

-----O que vamos fazer em Mira? Aumentar ainda mais as taxas do lixo? A consequência será aumentar cada vez mais o lixo. O raciocínio de muitos municípios é: “já que me estão a cobrar tanto dinheiro pelo lixo vou usar os caixotes do lixo”. -----

-----Volto a lembrar o absurdo que é a taxa do lixo estar indexada ao consumo de água... Como se existisse alguma relação entre o consumo de água e a produção de lixo... -----

-----Obrigado pelo tempo dispensado” -----

-----Interveio o **Sr. João Luís Pinho** (PS) que cumprimentou todos e disse que o que estava a ser discutido ali era a questão financeira, relativamente, à recolha do lixo. Fala que muitas das questões de depósitos de lixo era culpa dos municípios. O preço tonelada que se estava a pagar era muito caro e muita daquela recolha eram sobrantes de jardins, entre outros. Fala que a empresa de recolha aumentou os custos à Câmara, no entanto, o serviço não estava a melhorar. Acha que devia haver mão firme por parte do/s executivo/a para os prevaricadores, até porque muitas vezes sabia-se quem eram. -----

-----Interveio o **Sr. Mauro Seíça** (PS) que cumprimentou todos e começou por relembrar que quando foi aprovado naquela Assembleia o empréstimo de meio milhão, disse que tinha vergonha alheia e que tinha pena de o Município ser conhecido como caloteiro. Aquele ponto só vinha reforçar o que tinha dito anteriormente. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que a inexistência de contentores castanhos se devia aos custos, pois se já havia dificuldade em recolher o lixo normal o outro lixo seria mais difícil, teriam de se adquirir ou contratar os caixotes de lixo, criar rotas, ... -----

-----Quanto à taxa do lixo estar indexada ao consumo de água era o que a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos preconizava até existir um sistema de recolha seletiva que conseguisse medir a em cada o que cada um deposita. Concordou que as ações de sensibilização eram importantes e realçou que as pessoas deviam de ser mais seletivas no depósito dos seus lixos. Falou da importância do programa ECO – Escolas, onde desde cedo se ensinava os mais novos a fazer aquela seleção. Uma grande parte do lixo recolhido não deveria estar lá, pois eram sobrantes de jardins, etc. -----

-----Disse lamentar os termos usados em Assembleia pelo Sr. Mauro Seíça e que achava triste o que ele pensava acerca do Município. -----

-----Interveio a **Sra. Maria José** (PS) questionando o porquê de só naquele momento haver preocupação para fazer face a uma dívida que vinha desde 2021. -----

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) que cumprimentou todos e apelou a que a Câmara fizesse uma antecipação daqueles problemas. Mas, se havia uma dívida ela tinha de ser paga. Achava bem que o Município fizesse uma ação de sensibilização por todo o Concelho, pois o que se constatava dia a dia eram verdadeiras faltas de cidadania. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que o ano de 2021 era o ano em que ele se tinha apoiado para dar exemplo de valores anteriores. Não era um problema de fácil resolução, tendo noção do valor em dívida atualmente a solução foi chegar a um acordo com a empresa do qual resultou o começo de pagamento no presente ano e tinha a duração de quatro anos. Concordou que podia ter feito aquele acordo mais cedo, mas a não o ter feito aquele foi o momento. Relembrou que o orçamento do estado previa aquela possibilidade

(negociação) o que se subentendia que havia uma noção das dificuldades que os municípios tinham. -----

-----Concordou que havia falta de civismo por parte das pessoas e que todos os dias se viam “monos” encostados aos contentores do lixo, no entanto, já tinha sido dito/informado ali acerca da recolha programado que se podia fazer pois era fácil e gratuita. Havia um centro de recolha municipal nos armazéns camarários (Presa) para quem os quisesse ir lá depositar, era outra solução. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que pediu ao Sr. Presidente da Câmara para ele explicar aquela Assembleia qual era o incumprimento que aquela empresa tinha para com o Município, pois existiam contratos que eram assinados e existiam dois sentidos, a parte que o Município tinha de cumprir, mas também existia uma parte que as empresas tinham de cumprir para com o Município. Questionou se havia algum relatório feito no decorrer daqueles anos que pudesse ser fornecida aos deputados da Assembleia. -----

-----Houve interrupção da transmissão da Assembleia Municipal por questões alheia à mesma. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que haviam alguns relatórios com alguns incumprimentos, tais como, falta de recolha, lavagens de contentores. Mas, mesmo que tivesse havido incumprimento por parte da empresa de alguns valores nunca se podia entender aquilo como encontro de contas, portanto tinha sempre que liquidar as faturas que estavam em atraso e só depois reclamar aquilo que não foi cumprido por parte da empresa. Os reportes eram mais regulares com a SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente. SA do que propriamente com a ERSUC. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que em momento algum lhe tinha sido dado resposta ao que tinha questionado. Perguntou se os serviços tinham monitorizado aquelas situações referidas, se existia algum relatório, se existia alguma documentação que pudesse ser fornecida que explicasse o que

era que o município tinha feito para que aqueles contratos que existiam para com o município fossem honrados de forma correta. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que o Município tinha feito um acompanhamento dos Ecopontos, saber se eram os necessários e que quantidades eram depositadas. Quanto às alíneas referidas pelo Sr. Francisco respondeu que não havia relatório pormenorizado. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que assim era mais fácil perceber como as coisas iam acontecendo e havia falhanços em áreas tão importantes. Sabia que a SUMA e ERSUC eram serviços diferentes, mas ambas acabavam por estar interligadas como se constatou no ponto seguinte. Ambas tinham más práticas que eram detetadas diariamente nos últimos anos. Não conseguia ver nenhuma proatividade por parte do Município. Disse saudar a prática que foram criadas por serviços do Município que criaram situações para melhorar a recolha e tratamento de resíduos. Disse que era lamentável em pleno mês de agosto marcar Assembleia extraordinária por causa de incumprimentos do Município, mais, achava curioso que depois o Sr. Presidente ficasse ofendido quando diziam que o município era mau pagador. Quando disseram que iam diminuir custos, apareciam situações como aquela que só degradavam a imagem do Município. Lembra que ainda estava por pagar o valor referente a limpezas da época balnear anterior. Estava a ficar preocupado com o rumo que o Município estava a ter. Concluiu questionando qual era a estratégia que o executivo tinha para aquela matéria. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que a estratégia era definida conforme as possibilidades. Havia municípios que investiam na aquisição de viaturas, contratavam pessoal e faziam aterros, haviam outros municípios que não faziam aquele investimento e contratavam empresas para aquele efeito. Não concordou quando disse que o município não fazia nada e não tinha estratégia, deu exemplo da greve no passado fim de semana feita pela ERSUC e que o

município se preparou com funcionários e viaturas para certos pontos que sabiam que teria mais acumulação. -----

-----Relembrou/informou que a ERSUC é a detentora dos aterros onde a SUMA, fazia os seus depósitos logo, se a ERSUC fechar portões a SUMA não tem como regularizar os seus camiões se eles tiverem carregados. Significava com aquilo que o investimento de milhões em transportes próprios tinha de ser muito bem avaliado. Naquele momento achava que o mais importante era regularizar a dívida. -----

-----Disse que ia ser lançado um concurso com duração de 36 meses para recolha daquele tipo de resíduos, a curto/médio prazo aquele era o caminho para o Município de Mira. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota (PS)** voltou a questionar qual era a estratégia para o futuro. Quanto ao exemplo que deu do fim-de-semana, achou que o Município foi reativo e deu os parabéns aos funcionários por aquilo. -----

-----Quanto aos próximos 36 meses, sugeriu que dessem aos deputados para se pronunciarem antes que lançassem o contrato. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que tinha acabado de anunciar que tinha uma estratégia para curto e médio prazo. Questionou acerca do que o deputado poderia querer com o caderno de encargos, pois até aquele momento disse que se conseguiu fazer concursos e os cadernos de encargos. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo que pessoalmente achava que o lixo deveria ser recolhido porta a porta para que cada um pudesse pagar o lixo que produz. -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 1 foi aprovado por maioria, 8 abstenções do PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes a favor do PSD -----

---- **PONTO DOIS: Aprovação da transação judicial a efetuar no âmbito do processo judicial n.º 343/24.8BECBR**-----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo a Assembleia não tinha competência para aprovar uma transação judicial, quem tinha era a Câmara Municipal, à Assembleia Municipal cometa aprovar a repartição de encargos plurianuais e tudo que advinha de lá. -----

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que o procedimento era semelhante ao que foi elaborado para a ERSUC e o que pretenderam era que fosse igual para a SUMA, mas como houve aquele processo judicial houve um aceleração do processo. Após análise da situação não houve contestação da ação e aceitou-se a forma de pagamento lá descrita. Frisou que o que ia ser aprovado era a repartição de encargos. -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 2 foi aprovado por maioria, 8 votos contra do PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes a favor do PSD. -----

---- **PONTO QUATRO: Aprovação da prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão prévia para assunção de compromissos relativos ao procedimento de contratação tendente à celebração de um contrato de empreitada para Ampliação da Escola Secundária Dr.^a Maria Cândida, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24º e nas alíneas bb) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho.** -----

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que além de assumirem as competências na área de Educação também assumiu a construção, requalificação e modernização da Escola Secundária. A obra de ampliação através de candidatura foi aprovada logo, tinha de à Assembleia Municipal para aprovação devido à plurianualidade que a mesma implicava. -----

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) dizendo que a escola estava a ser requalificada e muito bem. Fala da abertura de um novo curso no ensino secundário no sentido em que, havia mais necessidade de salas. Agradeceu pelo

executivo se ter lançado naquela candidatura, pois era uma necessidade para o Concelho. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que questionou se era possível fornecer os dados quanto ao número de alunos entre os anos de 2021 e 2024 e qual era o valor direto de investimento da Câmara Municipal proveniente dos seus próprios recursos para aquela obra. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse estarem atentos à área da educação até porque fazia parte da sua estratégia. -----

-----Quanto aos dados do número de alunos, não os tinha ali, mas logo que pudesse enviava. Aquela candidatura era do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência financiada a 100%. Disse que o que tinha de ser feito era estar atento às candidaturas para as mesmas poderem ser submetidas atempadamente e escolher o melhor para o Município. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que afinal o financiamento era de 100% e que o Município não tinha de gastar dinheiro porque aquilo era proveniente do PRR. Disse que havia uma necessidade da parte do executivo de dizerem que havia planeamento e estratégia quando na realidade os grandes investimentos eram realizados através do Plano Recuperação e Resiliência. ----

-----A incapacidade daquele executivo era notória ao contrário do que queriam parecer, deu o exemplo do empréstimo de 500 mil euros que tiveram de fazer para a tesouraria corrente. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que o executivo sabe aproveitar as oportunidades, no entanto, nem toda a gente sabe fazer aquilo. --

----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 4 foi aprovado por unanimidade. -----

---- **PONTO CINCO: Aprovação da prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão prévia para assunção de compromissos relativos ao procedimento de contratação tendente à celebração de um contrato de empreitada para Reabilitação e Modernização da Lota da Praia**

de Mira, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24º e nas alíneas bb) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que tinha noção do estado de degradação em que o edifício se encontrava e que ao estar em área marítima o seu estado degradava-se mais rápido. Havia necessidade de manutenção/intervenção. Aquele ponto era precisamente uma oportunidade que souberam aproveitar, uma candidatura bem aproveitada no valor de meio milhão de euros. -----

----- Interveio o **Sr. António Teixeira** (PS) dizendo que pessoalmente e após tudo o que ouviu até ao momento, ficava com a sensação que o executivo não dizia a real situação financeira em que a CMM se encontrava. Deu exemplo da lota, ao questionar se não tinha havido mais nenhuma oportunidade antes para poder fazer obra ao invés de a deixar chegar aquele ponto. A seu ver achava que havia falta de organização, falta de planeamento e falta de transparência. -

----- Interveio o **Sra. Guida Reigota** (PSD) cumprimentando todos e transmitir a sua felicidade por se proceder à reabilitação e modernização da lota que há muito precisava. -----

----- Interveio o **Sr. Gabriel Pinho** (PSD) que cumprimentou todos e começou por dizer que achava estranho alguns intervenientes acusarem a CMM ir buscar o dinheiro a fundos comunitários, pois com o dinheiro que o Concelho tinha é que não se ia fazer obra. Acha que se devia era ficar contente por se ir buscar o dinheiro que se podia a “Lisboa”. Deu exemplo de uma situação que vivenciou a quando presidente de junta de freguesia. -----

----- Interveio a **Sra. Maria José** (PS) dizer que sentia muito feliz, também, com as obras que iam iniciar-se no Lota até porque tinha alertado para a situação perigosa em que o mesmo estava. -----

-----Quis ressaltar que nem todas as pessoas tinham o poder da comunicação e de fazerem entender. -----

-----Naturalmente, congratula o executivo porque tinha a capacidade de ir buscar fundos, mas achava que devia haver mais transparência quanto à forma como esses fundos eram descritos aos munícipes. -----

-----Interveio o **Sr. João Luís Pinho** (PS) dizendo que todos os mirenses se sentiriam agradados com a revitalização daqueles edifícios (lota). Questionou quanto tinha custado aquela obra ao erário público e quem tinha feito aquele serviço à Câmara, se no caso, não foram os serviços camarários. Sugeriu que houvesse atuação como aquela em outras áreas. -----

-----Teceu considerações relativas ao trato que se devia ter entre todos nas Assembleias Municipais. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que ficou claro que o PS não estava contra investimentos como aquele ou outro. Acha que dar manutenção e cuidar era obrigação dos eleitos. Aquele edifício foi inaugurado em 2008 ou 2009 e só ia sofrer manutenção/obras em 2024. Os destinos do Concelho estavam há 11 com o PSD por isso tinham de assumir a sua cota parte para o estado de degradação em que o equipamento se encontrava. Ressalva que devia de haver estratégia, manutenção, cuidado e proatividade por parte de quem governa. Os fundos comunitários não deviam de ser encarados como única fonte de financiamento para o Concelho, assim como, devia-se criar outro tipo de riquezas para o território. Se ano após ano não se conseguia criar riqueza, mais receitas, mas, conseguia-se aumentar as despesas estar-se-ia num caminho de falência. Na sua opinião a situação financeira da autarquia estava muito complicada. -----

-----Quanto ao futuro, achava que era os mirenses que iam decidir. -----

-----Relembrou que havia necessidade de realizar obra/requalificação do Barco (rotunda), não era a primeira vez que falava naquele assunto e quanto mais o tempo passava mais difícil e cara ia ficar a requalificação do mesmo. -----

-----Quanto à forma e às expressões que eram ali usadas por parte de alguns deputados, defendeu que cada um era como era e que ninguém tinha o direito de criticar o outro pela forma como o fazia. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que gostou de algumas intervenções feitas ali, embora um bocado filosóficas. Cada um vinha ali e fazia considerações sobre a intervenção de outra pessoa. -----

-----No geral todos queriam investimentos no Concelho nas mais diversas áreas, o que se tentava fazer era avaliar o que era mais urgente embora tudo fizesse falta, saúde, desporto, educação... de uma forma geral o que estava naquela dia na Assembleia eram investimentos em áreas distintas. A intervenção na Lota não era a primeira, mas, com aquele montante era o mais investimento com certeza. -----

-----Quem fez a candidatura foram os próprios serviços da CMM. -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 5 foi aprovado por unanimidade. -----

---- **PONTO SEIS: Aprovação da prévia autorização de repartição de encargos plurianuais e a emissão prévia para assunção de compromissos relativos ao procedimento de contratação tendente à celebração de um contrato de empreitada para Construção a Custos Controlados de 22 Habitações T3 e T4, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24º e nas alíneas bb) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho** -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que se tratava da empreitada a custos controlados naquela primeira fase de 22 habitações do tipo T3 e T4 que eram realizados na Videira Norte. Disse que era há muito tempo necessário aquele tipo de construção para fixação de pessoas no nosso território. A Videira Norte era um plano existente há muito tempo onde em conjunto haviam 3 projetos diferentes e aquele era o mais recente. Tratava-se de um protocolo

tripartido entre a CMM, CIM e IHRU e que ia permitir um investimento de mais de 4 milhões de euros na primeira fase. Ainda ia haver construção de 2 ou 3 blocos de apartamentos para habitações plurifamiliares e o investimento ia rondar os 11 milhões de euros. -----

-----Aquele era um dos pontos responsáveis pela realização daquela Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que como era óbvio o PS estava a favor daquele tipo de investimento e saudava que aqueles tipos de investimentos pudessem ser feitos. Há umas reuniões atrás aperceberam-se que o investimento podia ter ido além dos 11 milhões no caso do Concelho de Mira caso tivesse havido capacidade de ir buscar mais uns milhões. Mas mais uma vez aqueles milhões eram provenientes de investimento externo e não direto do orçamento geral Municipal que saudamos, mas que voltava a perguntar qual era o gasto que o Município de Mira ia ter com aquela obra. -----

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) dizendo que as oportunidades se multiplicavam à medida que eram agarradas, aquele ponto era o exemplo. mesmo sem estratégia, como se dizia por ali, a verdade era que o executivo fazia candidaturas e na sua maioria aprovadas. Enumerou algumas (saúde, educação, lota ...). Ressalvou que o Município não produzia riqueza para se fazer tantas obras, mas que soube e continuava a saber aproveitar as oportunidades para submissão de candidaturas para fazer obras que de outra forma era impossível. Parabenizou o executivo pois estava no bom caminho. Teceu algumas considerações quanto à forma e expressões ali usadas. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que estavam todos de acordo, era um grande investimento para o Município de Mira e quando a obra estiver concretizada vai permitir a muitas famílias ter acesso habitação que era um bem essencial a custos controlados. Salientou que o Município submetia as candidaturas e quando são aprovadas haviam alguns programas que obrigavam

a depender de montantes iniciais e só depois reembolsados. Aquelas situações por vezes causavam constrangimentos a nível de tesouraria. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que ressaltou que a aprovação ou não daqueles pontos referentes aos encargos plurianuais eram orçamento municipal. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Colocado à votação o Ponto 6 foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO SETE: Revisão do Plano Diretor Municipal de Mira – abertura do período de discussão pública** -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que a Revisão do Plano Diretor Municipal era muito importante e o que aquele ponto dava a conhecer aos membros da Assembleia era que estava aberto do período de discussão pública. Aqueles planos eram primordiais para o ornamento do território, era um plano que andava em debate, mas que finalmente ia a discussão pública por um período de 30 dias úteis. Era um período onde as pessoas podiam fazer consulta e apercebendo-se de alguma situação que queiram mudar, podiam fazê-lo. Para efetuar aquela consulta as pessoas deviam dirigir-se à CMM para que pudessem tomar nota das alterações e depois do período passar pudessem ser esclarecidos e só depois ia novamente à Assembleia Municipal para aprovação.

----- Pediu autorização ao Presidente da Assembleia Municipal para que o Dr. Ângelo Lopes fosse esclarecer o documento de uma forma mais clara para que todos pudessem perceber. -----

----- Interveio o Dr. Ângelo Lopes, onde passou a explicar o documento que estava para discussão pública. -----

----- Interveio o **Sr. Carlos Nora (PS)**, cumprimentou todos e concordou que era uma grande oportunidade para o Concelho e que só depois de 10 anos é que podia voltar a ser discutido. Voltou a falar na Rua Gonçalo Tavares no Areal (antigo matadouro) por achar que era um sítio estratégico para o desenvolvimento de mira. Segundo o que havia sido dito, a zona não ia ser

urbanizada por causa da REN (Redes Energéticas Nacionais) e RAN (Reserva Agrícola Nacional) o que era de lamentar pois haviam pessoas com grande expectativa para que fosse urbanizado. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que a reunião daquele dia podia ter sido feita em qualquer altura, aquele assunto não era necessário ser discutido naquele dia. O ponto era demasiado importante e o PS pediu inclusive alguns esclarecimentos. Pediu esclarecimento detalhado acerca daquele plano, bem como pediu esclarecimentos sobre o trabalho desenvolvido pela Professora Fernanda Paula que até ao momento não tinha sido dado qualquer explicação. Disse que estava baralhado porque em outras reuniões o presidente disse que o assunto estaria na fase da análise na CCDR, e naquele momento já estava ali. Confuso, disse. Também tinha sido dito que ia haver uma Assembleia Municipal só para aquele ponto dada a importância daquele assunto. Estava descontente com o rumo que tinha levado. Teceu considerações acerca do ponto que foi retirado. Relembrou que tinha sugerido uma reunião na sua Freguesia, Praia de Mira, mas que tal nunca veio acontecer, lamentou. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Dr. Ângelo que desse mais alguns esclarecimentos, perante o que havia sido dito. -----

-----Dr. Ângelo voltou a esclarecer o processo e tempos para aquela discussão pública. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a responsabilidade por convocar aquela Assembleia era dele. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que após explicações do Dr. Ângelo Lopes percebeu-se que os documentos vieram assinados no final do mês e que aquele era o momento para haver as contribuições de todos que as quisessem dar, que ia haver, sim, reuniões em todas as freguesias. Relembrou o Sr. Francisco Reigota que houve uma reunião que tinha sido convocado (relativo ao ponto 3 que foi retirado) e que o mesmo não tinha comparecido. ----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que quanto ao ponto número 3 houve um pedido de esclarecimento por parte do PS e que a mesma foi dada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Disse que a decisão relativa ao PDM era estritamente política e não técnica. Disse que a parte técnica foi muito bem explicada pelo Dr. Ângelo, mas a parte política decide o caminho que se devia tomar. Continuou a achar que os antes da Assembleia de 30 de abril podiam ter fornecido mais informação mais detalhada aos deputados municipais, pois não eram umas pessoas quaisquer. Para que pudessem ter dado as suas opiniões antes de negociar com entidades.

----- Disse que continuavam a pedir informação de forma humilde, simples e direta quer gostassem ou não. -----

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que haviam decisões que as pessoas gostavam e outras não, mas pior que uma má decisão era não tomar nenhuma. -----

-----Aquele ponto foi introduzido porque uma vez que houve reunião deu-se conhecimento de como estava aquele processo. Quanto aos documentos solicitados ia ver o que se passou para não terem sido entregues. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

-----Ponto 7, tomado conhecimento -----

-----**PONTO OITO: Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de animais de Mira CRO Mira** -----

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que após a inauguração daquele centro de recolha, houve necessidade de aprovação de regulamento para que tudo funcionasse da melhor forma (regras). -----

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que enalteceu a abertura do centro e pecava somente por ser tardia, era um bem necessário. Contou uma passagem acerca de adoção de um familiar seu, no canil de Vagos. -----

-----Interveio a **Sra. Andreia Petornilho** (PS) que cumprimentou todos disse que esteve na inauguração do centro de recolha, mas que foi com tristeza que

percebeu que a fundadora do Abrigo do Carinho não foi convidada bem como a presença de ex. voluntários. Enumerou alguns esclarecimentos acerca das instalações, tais como, opções de celas ... que gostava de ver respondido. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** em resposta ao Sr. Augusto Miranda, disse que lamentou que a adoção do animal não tivesse sido em Mira. -----

-----Informou que o CRO tinha parecer da DGV - Direcção-Geral de Veterinária, por isso todas as questões colocadas podiam e deviam ter sido colocadas durante o período de discussão pública e por isso tinha alguma dificuldade em responder naquele momento. Havia um protocolo assinado entre a CMM e a Associação do Abrigo do Carinho em que naquela parceria foram encontradas maneiras de conseguir lidar com determinadas situações. A CMM tinha o veterinário que fazia serviço lá, haviam duas celas (quarentena), havia mais um funcionário do Município lá. A associação era fundamental porque o trabalho voluntário lá era louvável. A duração dos passeios, não sabia responder ia averiguar. -----

-----Interveio a **Sra. Lurdes** (PSD) sabia que não tinha ido a tempo de dar os seus contributos para o regulamento, mas parabenizou pelo Centro, no entanto, deviam ajudar quem alimenta animais vadios (ajudar a esterilizar quem cuida daquelas colónias). -----

----- VOTAÇÃO -----

-----Colocado à votação o Ponto 8 foi aprovado por maioria, 7 abstenções do PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes a favor do PSD -----

---- PONTO NOVE: Área de Reabilitação Urbana Portomar – delimitação ----

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que ARU - Áreas de Reabilitação Urbana era a ferramenta que permitia executar obras de melhorias, requalificações em determinada povoação, não existindo em vigor a de Portomar trouxe-se ali as suas novas delimitações. -----

-----Interveio a **Sra. Lurdes** (PSD) pedindo que se alargasse aquele tipo de ponto (ARU) para outras freguesias do Concelho. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

-----Colocado à votação o Ponto 9 foi aprovado por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

O Presidente da Mesa

(Nélson Teixeira Maltez)

O 1º Secretário

(Luís Lavrador)